Parlamento confirma IVA zero para alimentos essenciais em 2027

written by Maria Paulo | 20 de Novembro, 2026



O Parlamento confirmou hoje a aprovação da proposta socialista para **isentar de IVA um cabaz de alimentos essenciais** e **revogar os benefícios para "*rendas moderadas*"**, com o voto a favor do Chega e a oposição dos partidos do Governo.

A proposta do PS tinha sido aprovada no segundo de dia de votações na especialidade do Orçamento do Estado para 2027 (OE2027), já na madrugada desta quinta-feira, porém foi avocada para esta manhã, no início do terceiro dia de trabalhos.

O resultado da votação repetiu-se, com PSD, CDS-PP e IL a votarem contra, PCP a abster-se e com os votos favoráveis das

restantes bancadas, incluindo Chega, o que permitiu formar a necessária maioria para a viabilização da iniciativa à revelia dos partidos do executivo.

A **adoção da taxa de IVA de 0% sobre o conjunto de bens alimentares vigora "*por um período inicial de três meses, a partir de 01 de janeiro de 2027*"**, podendo ser renovada por períodos iguais de três meses, "***mediante avaliação e tendo em conta, designadamente, a evolução da inflação e o seu efeito na receita fiscal***", prevê-se numa outra parte da proposta, que também foi aprovada e hoje confirmada.

Foi também avocada para este dia de trabalhos, e novamente aprovada apesar da oposição de PSD e CDS-PP, uma proposta do PS para **isentar de mais-valias, durante três anos, a venda de segundas habitações ou de casas vazias se forem destinadas a arrendamento acessível ou à habitação própria e permanente do comprador**.

A proposta voltou a receber os votos contra do PSD, CDS-PP, PCP, BE, e os votos favoráveis dos restantes partidos.

As mudanças no Orçamento do Estado à revelia do Governo, em particular com a isenção de IVA nos alimentos essenciais e a revogação dos benefícios fiscais para o arrendamento até 2.300 euros, marcaram a manhã de debate sobre as normas avocadas para plenário, com o ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, a acusar o Chega e o PS de criarem um "***bloco fatal***" e "***um proto-governo***" nas votações do Orçamento do Estado e de estarem "***totalmente empenhados que país tenha défice***" no próximo ano.

"***Depois de termos baixado o IRS sobre as rendas, juntam-se defraudando as expectativas dos investidores, defraudando as expectativas dos senhorios, daqueles que têm casas***", criticou Miranda Sarmento, afirmando que "***aqueles que pouparam uma vida inteira para ter uma casa e que agora a arrendam, esperavam um IRS de 10%***", mas "***com o governo do bloco fatal, vão ter***

novamente um IRS de 25%“.

Num pedido de esclarecimento ao ministro das Finanças, o líder parlamentar do PS, Eurico Brilhante Dias quis deixar “***claro***” que “***quem diz que o Orçamento de Estado tem défice é a Comissão Europeia***” e criticou Miranda Sarmento por “***dizer uma coisa à sexta e outra à segunda***“, numa alusão ao facto de o governante ter dito que as propostas dos socialistas tinham neutralidade fiscal.

Por outro lado, também num pedido de esclarecimento ao ministro, o líder parlamentar do Chega, Pedro Pinto, considerou que “***hoje caiu a máscara***” ao Governo, acusando o executivo de não estar preocupado com o “***povo que não consegue pagar uma renda***” ou que “n***ão consegue comprar comida, porque a comida está cara***“, mas com os investidores.

OC/MP